



CRCCE

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO CEARÁ

ATUALIDADES SOBRE O ICMS NO CEARÁ 2021/2022

**NORMAS TRIBUTÁRIAS MAIS
RELEVANTES PARA A ECONOMIA DO
ESTADO**

PROF. ELIEZER PINHEIRO

PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS EM 2021

- 1. CONVÊNIO ICMS Nº 145/2021 (REFIS ICMS)**
- 2. DECRETO Nº 34.256/2021 (ICMS ST confecções)**
- 3. NOTA EXPLICATIVA Nº 02/2021 (Define que nas fiscalizações e monitoramento a cobrança do ICMS ST seja de acordo com o RET)**
- 4. CONVÊNIO ICMS Nº 161/2021 (Alterou o Convênio 38/2012 que trata da isenção do ICMS nas vendas de automóveis para PCD)**
- 5. DECRETO Nº 34.203 (Regulamenta o selo fiscal de controle das águas minerais em embalagens descartáveis)**

PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS EM 2021

- 6. AJUSTE SINIEF Nº 25/2021 (Alteração no Bloco K)**
- 7. DECRETO Nº 34.296/2021 (Permite o ressarcimento do ICMS ST pago com BC presumida superior à BC real valor das vendas)**
- 8. DECRETO Nº 34.302/2021 (Altera o Decreto nº 29.964/2009 que trata da isenção do ICMS nas vendas para órgãos públicos do Estado)**
- 9. DECRETO Nº 34.303/2021 (Projeto Piloto do CAF-e)**

PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS EM 2021

CONVÊNIO ICMS Nº 145 DE 1º DE OUTUBRO DE 2021 (REFIS ICMS)

Autoriza o Estado do Ceará a instituir Programa de Parcelamento de Débitos fiscais relacionados com o ICMS e dá outras providências.

- Abrangência – Débitos tributários com Fato Gerador até 30/04/2021
- Período de adesão – 03 a 31 de janeiro de 2022
- Perda do Parcelamento
 - Atraso na parcela por período superior a 90 (noventa dias);
 - INADIMPLÊNCIA NO ICMS de períodos posteriores a data de adesão.
 - Descumprimento de **outras condições** definidas na lei.

PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS EM 2021

CONVÊNIO ICMS Nº 145 DE 1º DE OUTUBRO DE 2021 (REFIS ICMS)

- **TRANSAÇÃO** – Redução em até 85% de multas e juros de débitos inscritos na Dívida Ativa, nas condições definidas na lei estadual.
- **REMISSÃO** – Perdão dos créditos tributários, nas seguintes condições:
 - Inscritos na Dívida Ativa > 10 anos considerados por lei como irrecuperáveis;
 - Inscritos na Dívida Ativa até 12/2015, com valores consolidados de até R\$500,00;
 - Decorrentes de Autos de Infração por descumprimento da obrigação do Registro do Evento CONFIRMAÇÃO DA OPERAÇÃO pelo destinatário contribuinte do ICMS, das Notas Fiscais Eletrônicas, recebidas até **31/12/2020**.

PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS EM 2021

CONVÊNIO ICMS Nº 145 DE 1º DE OUTUBRO DE 2021 (REFIS ICMS)

- **ANISTIA** – impede novas autuações referentes ao mesmo descumprimento do Registro do Evento CONFIRMAÇÃO DA OPERAÇÃO para NFE recebidas até 31/12/2020.
- **IMPORTANTÍSSIMO** – Essa Remissão e Anistia nas multas pela falta da Manifestação do Destinatário nas NFE devem servir como um alerta aos contribuintes, sobre essa obrigação acessória. As multas que foram perdoadas e a vedação a novos lançamentos referem-se apenas **aos documentos recebidos até 31/12/2020**. Devemos lembrar que essa obrigação está prevista no Ajuste SINIEF 07/2005 e IN 54/2020.

PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS EM 2021

CONVÊNIO ICMS Nº 145 DE 1º DE OUTUBRO DE 2021 (REFIS ICMS)

- DESCONTOS NAS MULTAS E JUROS

ANEXO I - PERCENTUAIS DE REDUÇÃO DA MULTA E DOS JUROS PARA DÉBITOS COMPOSTOS DE IMPOSTO E MULTA		
PRAZO DE PAGAMENTO		
À VISTA OU ATÉ 3 PARCELAS	DE 4 A 36 PARCELAS	DE 37 A 60 PARCELAS
100%	95%	90%

ANEXO II - PERCENTUAIS DE REDUÇÃO DA MULTA E DOS JUROS PARA DÉBITOS COMPOSTOS APENAS DE MULTA		
PRAZO DE PAGAMENTO		
À VISTA OU ATÉ 3 PARCELAS	DE 4 A 36 PARCELAS	DE 37 A 60 PARCELAS
90%	80%	70%

PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS EM 2021

DECRETO Nº 34.256, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre o regime de ST Carga Líquida do ICMS nas operações do Comércio Atacadista e Varejista de vestuário e confecções.

A QUEM SE APLICA

CNAE	DESCRIÇÃO
4641902	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
4642701	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
4642702	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho

CNAE	DESCRIÇÃO
4755503	Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho
4781400	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS EM 2021

DECRETO Nº 34.256, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021.

IMPORTANTE: Para os efeitos deste Decreto, será considerado **comércio atacadista** o estabelecimento de contribuinte que opere como **centro de distribuição** (CD) de mercadorias **para suas filiais ou empresas coligadas e interdependentes** com atividades de vendas no varejo.

PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS EM 2021

DECRETO Nº 34.256, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021.

MARGEM DE VALOR ADICIONADO

Origem das Entradas	Estado do Ceará	Outras UF
Compras	50%	50%
Transferências	60%	100%

PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS EM 2021

DECRETO Nº 34.256, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021.

LEVANTAMENTO DOS ESTOQUES

1. Empresas deverão arrolar os estoques das mercadorias sujeitas a essa sistemática, no dia **30/09/2021** e informar na EFD do mês de setembro/2021;
2. Tomar como base o valor das aquisições mais recentes, agregar a **MVA de 50%** e aplicar o percentual do Anexo III estabelecido para as operações internas;
3. ICMS sobre os Estoques poderá ser parcelado em até 15 (quinze) meses, desde que solicitado até o dia **30/11/2021**, sendo que a 1ª parcela vence em **05/01/2022**.

PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS EM 2021

DECRETO Nº 34.256, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021.

PERCENTUAIS DE CARGA LÍQUIDA EFETIVA **ANEXO III**

CONTRIBUINTE DESTINATÁRIO/ REMETENTE	MERCADORIA (alíquota aplicável)	Próprio Estado ou Exterior do País	Regiões Norte, Nordeste, Centro- Oeste e Estado do Espírito Santo	Regiões Sul e Sudeste, exceto o Estado do Espírito Santo
ATACADISTA (Anexo I)	18%	6,93%	16,54%	18,20%
VAREJISTA (Anexo II)	18%	5,14%	10,00%	13,60%

PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS EM 2021

NOTA EXPLICATIVA Nº 02, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021

1. Em ações de **fiscalização** ou de **monitoramento fiscal**, os contribuintes que possuam Regime Especial de Tributação (RET) vigente à data da operação ou prestação, caso venham a ser notificados ou intimados para pagamento do ICMS devido por substituição tributária nas operações e prestações internas, deverão recolher o ICMS inadimplido de acordo com a carga tributária prevista no RET.
2. A **revogação** do RET compete **exclusivamente ao Secretário da Fazenda**, caso se constate o descumprimento das obrigações tributárias, principal e acessórias, impostas ao contribuinte, não cabendo às autoridades fiscais desconsiderar a concessão do RET.

Obs.: PEDIDO DO CRC EM 15/09/2021

PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS EM 2021

CONVÊNIO ICMS Nº 161, DE 1º DE OUTUBRO DE 2021

“Concede isenção do ICMS nas saídas de veículos destinados a pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, síndrome de Down ou autistas.”

NOVIDADE

Inclusão de Pessoas com Síndrome de Down

EXPECTATIVA NÃO ATENDIDA PELO CONFAZ

Aumento do Limite de R\$ 70 mil, vigente desde 28/07/2009.

PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS EM 2021

DECRETO N.º 34.203, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

“Institui o **Selo Fiscal Eletrônico (SF-e)**, a ser afixado pelos contribuintes do ICMS nos **vasilhames descartáveis** acondicionadores de **água mineral, natural, artificial ou adicionada de sais** com capacidade igual ou inferior a 4 (quatro) litros.”

- Os contribuintes do ICMS envasadores de água mineral, natural, artificial ou adicionada de sais ficam **obrigados** a afixar o SF-e nos vasilhames descartáveis acondicionadores do produto.
- O SF-e será impresso em formato bidirecional (datamatrix), com tinta de segurança, diretamente nos vasilhames descartáveis, na linha de produção do fabricante da água, em ato contínuo ao envase.

PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS EM 2021

AJUSTE SINIEF Nº 25, DE 1º DE OUTUBRO DE 2021

“Altera o Ajuste SINIEF nº 02/09, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital – EFD”

OBRIGADOS AO BLOCO K COMPLETO

Exceto as empresas que já estavam obrigadas desde 2017 (indústrias com receita acima de R\$78 milhões/ano), as demais **indústria e atacadistas** que estariam obrigadas a partir de 01/01/2022 foram dispensadas e somente estarão obrigadas, quando da implementação de um **sistema simplificado** para a escrituração do Bloco K, de que trata o parágrafo único do artigo 16 da Lei nº 13.874/19 (Lei da Liberdade Econômica).

PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS EM 2021

DECRETO Nº 34.296, DE 07 DE OUTUBRO DE 2021

Alterou o **art. 438** do Decreto 24.569/1997, permitindo o ressarcimento do ICMS ST pago com Base de Cálculo **presumida superior** à Base de Cálculo real utilizada nas operações de venda a consumidor final.

Obedecendo a decisão do STF no Recurso Extraordinário (RE) 593849, em 19/10/2016, que **determinou o ressarcimento** do ICMS ST **recolhido a maior**, a SEFAZ/CE regulamentou a matéria, no entanto definiu que caso o valor da BC presumida para efeito de recolhimento do ICMS ST seja inferior à efetivamente praticada, o Fisco poderá cobrar a diferença.

PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS EM 2021

DECRETO Nº 34.302, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021

(Altera o Decreto nº 29.964/2009 que trata da isenção do ICMS nas vendas para órgãos públicos do Estado)

Este Decreto acrescentou o parágrafo único ao art. 1º do Dec. 29.964/09, com a seguinte redação:

Parágrafo único A isenção de que trata o caput deste artigo fica condicionada:

- I -- ao **desconto no preço do valor** equivalente ao imposto dispensado;
- II -- à **indicação**, no respectivo documento fiscal, **do valor do desconto**.

PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS EM 2021

DECRETO Nº 34.303, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021

“Altera o Decreto Nº 33.943/2021, que institui o sistema de Controle da Ação Fiscal Eletrônico (CAF-e).”

A Sefaz adotou um novo Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações Fiscais de modo totalmente eletrônico, onde todos os Termos e Autos de Infração serão encaminhados aos contribuintes através do Domicílio Tributário Eletrônico (DTE). Este sistema seria implementado em definitivo a partir de 01/09/2021. No entanto o Decreto 34.303/2021 alterou essa vigência para 01/01/2022, ficando o período desde sua implementação em teste, de 01/03/2021 a 31/12/2021 como “Projeto Piloto”, no entanto com a validade jurídica de todos os atos praticados no período.

OBRIGADO!!!

ANTONIO ELIEZER PINHEIRO

CONSULTOR TRIBUTÁRIO

 contato@eliezerpinheiro.com.br

 **(85) 99951-8995**

 **Eliezer Pinheiro**

 **eliezerpinheiro.com.br**

 **@_eliezer_pinheiro**

 **Av. 13 de maio, 1116 – sala 804 – Fátima, Fortaleza-CE**